



Demonstrações Financeiras 2024





Sumário

- **Mensagem da diretoria**
página 3
 - **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**
página 5
 - **Demonstrações contábeis**
página 9
 - **Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

Mensagem da diretoria

Conquistas e apoios em 2024 impulsionaram nossa missão

O ano de 2024 representou um marco significativo para o Complexo Pequeno Príncipe. Depois de um 2023 difícil e perante um cenário desafiador para a saúde no Brasil, conseguimos avançar na gestão tanto de receitas como de custos, enfrentando adversidades com determinação e foco, contando com o apoio de empresas, pessoas e poder público. A estabilidade financeira, que há tempos tem sido uma meta, ganhou contornos mais sólidos: reduzimos significativamente o déficit da assistência e mantivemos os bons resultados no ensino.

receita de 2024 veio de recursos captados com a sociedade. **A sustentabilidade de uma instituição como o Pequeno Príncipe não se constrói apenas com números, mas com o compromisso de todos que acreditam no impacto transformador do nosso trabalho.**

No âmbito da assistência, celebramos conquistas significativas. Em 2024, alcançamos uma taxa média de ocupação de 78,7%, provando que, mesmo em um contexto de maior concorrência no setor de saúde, continuamos sendo referência nacional em pediatria. Nossa esforço diário é para garantir que cada paciente receba atendimento humanizado, especializado e alinhado às melhores práticas médicas.

O Instituto de Pesquisa Pelé Pequeno Príncipe também tem sido motivo de orgulho. Além de avançar em projetos de grande impacto, como a vacina contra o tumor de córtex adrenal (TCA) e pesquisas de regeneração celular, o Instituto fortaleceu sua posição acadêmica, com melhorias nas avaliações da Capes. Cada resultado reflete o empenho de nossas equipes em transformar ciência em esperança e mais chances de cura e qualidade de vida. Na área educacional, a Faculdades Pequeno Príncipe alcançou nota máxima na avaliação de recertificação do Ministé-

rio da Educação (MEC), demonstrando nosso compromisso com a formação de excelência na área da saúde. Os cursos de Medicina, Biomedicina e Farmácia também foram avaliados com nota máxima.

Outro destaque foi o avanço do projeto Pequeno Príncipe Norte, que reforça nossa visão de sustentabilidade aliada à inovação. Essa iniciativa, que combina assistência em saúde, pesquisa, ensino, educação ambiental e cultura, tem o potencial de tornar-se um modelo global de práticas sustentáveis e de cuidado integrado.

O Hospital Pequeno Príncipe não apenas alcançou um bom desempenho em metas operacionais e financeiras, mas também foi reconhecido como um dos melhores do mundo em práticas pediátricas. Pelo quarto ano consecutivo, estamos no ranking da revista norte-americana *Newsweek* como o melhor hospital exclu-

sivamente pediátrico da América Latina. Pensando na perpetuação da nossa missão, lançamos o Futurin — Funds for Life — Endowment, que nasceu para garantir o direito das crianças do hoje e do amanhã a um atendimento em saúde de qualidade.

Olhando para 2025, estamos confiantes. Queremos ir além, alcançar uma taxa de ocupação média anual superior a 80% e consolidar ainda mais a sustentabilidade de nossas operações. Nossa compromisso com a saúde infantil permanece inabalável, assim como nossa crença de que juntos podemos transformar realidades.

A todos que fazem parte dessa história — doadores, parceiros, colaboradores, crianças, adolescentes e famílias — deixamos aqui o nosso mais profundo agradecimento. Que possamos seguir, lado a lado, construindo um legado de saúde, ciência e esperança para as gerações futuras.

Com profunda gratidão,



**José Álvaro da
Silva Carneiro**

Secretário-geral da Associação Hospitalar de
Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos administradores, Conselho de Administração e mantenedores da **Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro**

Curitiba/PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002).

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade — e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Representação dos valores correspondentes ao exercício anterior

Conforme mencionado na nota explicativa n.º 2.17, em decorrência da correção de erro relacionada aos assuntos descritos na referida nota explicativa, os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 — Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva em relação ao assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, foram examinados por nós, cujo relatório foi emitido com data de 16 de maio de 2024, contendo ressalva decorrente de diferenças entre saldo contábil e relatório financeiro no grupo do ativo imobilizado. Para o exercício de 2024, todos os assuntos descritos neste parágrafo referente à auditoria do exercício anterior foram analisados, substancialmente solucionados e ajustados no exercício de 2024, portanto não mantivemos os assuntos em nosso relatório.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos

controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, deveremos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais manter-se em continuidade operacional; e
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive sobre as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro

Balanço patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de reais)

Ativo

| | Notas | 2024 | 2023 |
|----------------------------------|-------|----------------|----------------|
| Ativo circulante | | 201.286 | 221.040 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 24.191 | 23.345 |
| Aplicações financeiras | 5 | 66.841 | 90.848 |
| Contas a receber de clientes | 6 | 27.202 | 24.867 |
| Recursos de convênios a realizar | 7 | 66.853 | 64.531 |
| Estoques | 8 | 10.411 | 7.718 |
| Outros créditos | 9 | 5.778 | 9.723 |
| Despesas do exercício seguinte | - | 10 | 8 |
| Ativo não circulante | | 281.860 | 177.603 |
| Realizável em longo prazo | | 59.035 | 2.404 |
| Depósitos de longo prazo | 5 | 49.590 | - |
| Contas a receber de clientes | 6 | 1.925 | 1.925 |
| Outros créditos | 9 | 7.520 | 479 |
| Investimentos | 10 | 704 | 702 |
| Direito de uso | 11.I | 18.660 | 3.041 |
| Imobilizado | 12 | 203.284 | 171.245 |
| Intangível | | 177 | 211 |
| Total do ativo | | 483.146 | 398.643 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Curitiba, 17 de abril de 2025.

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

CRC PR-011.979/F-I

Marcello Palamartchuk

Contador CRC IPR-049.038/O-9

Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro

Balanço patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

| | Notas | 2024 | 2023 |
|--|-----------|----------------|----------------|
| Passivo circulante | | 138.912 | 146.187 |
| Fornecedores | 13 | 24.096 | 16.177 |
| Empréstimos bancários | 14 | 7.209 | 27.035 |
| Obrigações sociais | 15 | 30.408 | 28.500 |
| Obrigações fiscais | 16 | 2.945 | 3.342 |
| Recursos de subvenções a executar | 7 | 66.853 | 64.216 |
| Passivo de arrendamento | 11.2 | 3.233 | 3.354 |
| Receitas antecipadas | 17 | 553 | 620 |
| Outras obrigações | - | 3.615 | 2.943 |
| Passivo não circulante | | 51.181 | 41.849 |
| Empréstimos bancários | 14 | 13.155 | 18.265 |
| Obrigações fiscais | 16 | 4.701 | 4.852 |
| Passivo de arrendamento | 11.2 | 15.427 | - |
| Receitas antecipadas | 17 | 105 | 658 |
| Provisões para contingências | 18 | 17.793 | 18.074 |
| Patrimônio líquido | 19 | 293.053 | 210.607 |
| Patrimônio social | | 172.126 | 148.328 |
| Ajuste de avaliação patrimonial | | 37.998 | 38.481 |
| Superávit do exercício | | 82.929 | 23.798 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 483.146 | 398.643 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro

Demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de reais)

| | Notas | 2024 | 2023 Reapresentado |
|--|-------------|------------------|-----------------------|
| RECEITA OPERACIONAL BRUTA | 20 | 507.592 | 417.771 |
| Receitas da área de saúde | | 319.823 | 246.168 |
| Sistema Único de Saúde (SUS) | 20.1 | 138.175 | 83.270 |
| Convênios | - | 170.683 | 149.067 |
| Particulares | - | 10.965 | 13.831 |
| Receitas da área de educação | | 103.799 | 88.308 |
| Mensalidades | - | 101.899 | 86.745 |
| Outras receitas | - | 1.900 | 1.563 |
| Utilização de recursos captados | 20.2 | 83.970 | 83.295 |
| Subvenções sociais | - | 45.743 | 44.331 |
| Campanhas iniciativa privada | - | 38.227 | 38.964 |
| (-) Deduções da receita | | (35.616) | (30.149) |
| Glosas de convênios | 21 | (10.500) | (8.231) |
| Gratuidades concedidas | 26.2 | (18.750) | (16.245) |
| Bolsas de estudo | 26.2 | (6.366) | (5.673) |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | 20 | 471.976 | 387.622 |
| (-) Custo dos serviços prestados | 22 | (302.151) | (284.925) |
| Custo da área de saúde | - | (251.774) | (245.334) |
| Custo da área de educação | - | (36.710) | (26.443) |
| Custo da área de pesquisa | - | (13.667) | (13.148) |
| SUPERÁVIT BRUTO | | 169.825 | 102.697 |
| Despesas operacionais | 23 | (96.700) | (89.155) |
| Despesas com pessoal | 23.1 | (48.114) | (43.584) |
| Despesas administrativas gerais | 23.2 | (54.937) | (48.858) |
| Despesas com impostos e contribuições | 27 | (83.783) | (66.241) |
| Isenções usufruídas | 27 | 83.783 | 66.241 |
| Outras receitas/(despesas) | 23.3 | 6.351 | 3.287 |
| Superávit antes das receitas e despesas financeiras | | 73.125 | 13.542 |
| Receitas financeiras | 24 | 15.359 | 12.970 |
| Despesas financeiras | 24 | (6.038) | (7.859) |
| Superávit do exercício | | 82.446 | 18.653 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de reais)

| | Patrimônio social | Ajuste de avaliação patrimonial | Superávit/(déficit) acumulados | Superávit à disposição da assembleia | Patrimônio líquido total |
|--|-------------------|---------------------------------|--------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|
| Em 31 de dezembro de 2022 | 148.328 | 38.964 | - | 4.662 | 191.954 |
| Realização do custo atribuído | - | (483) | 483 | - | - |
| Superávit do exercício | - | - | 18.653 | - | 18.653 |
| Superávit à disposição da Assembleia Geral para destinação | - | - | (19.136) | 19.136 | - |
| Em 31 de dezembro de 2023 | 148.328 | 38.481 | - | 23.798 | 210.607 |
| Realização do custo atribuído | - | (483) | 483 | - | - |
| Incorporação do superávit ao patrimônio social | 23.798 | - | 82.446 | (23.798) | 82.446 |
| Superávit do exercício | - | - | (82.929) | 82.929 | - |
| Superávit à disposição da Assembleia Geral para destinação | - | - | - | - | - |
| Em 31 de dezembro de 2024 | 172.126 | 37.998 | - | 82.929 | 293.053 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro

Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de reais)

| | 2024 | 2023 |
|---|-----------------|-----------------|
| Das atividades operacionais | | |
| Superávit/déficit do exercício | 82.446 | 18.653 |
| Ajustados por: | | |
| Depreciação e amortização | 12.974 | 11.975 |
| Valor da baixa do ativo imobilizado/intangível | 2.139 | 4.811 |
| Provisões para contingências | (281) | (498) |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | - | 33 |
| Depreciação de direitos de uso | 3.041 | 3.231 |
| AVP passivo de arrendamento | 124 | 364 |
| Juros sobre empréstimos bancários | 4.545 | - |
| Superávit do exercício ajustado | 104.988 | 38.569 |
| Contas a receber de clientes | (2.335) | (4.539) |
| Estoques | (2.693) | 2.547 |
| Recursos de convênios a realizar | (2.322) | 7.027 |
| Outros créditos | (3.098) | (3.034) |
| (Aumento) ou diminuição do ativo | (10.448) | 2.001 |
| Fornecedores | 7.919 | 872 |
| Obrigações sociais | 1.908 | 3.714 |
| Obrigações fiscais | (548) | 1.149 |
| Recursos de subvenções a realizar | 2.637 | (7.026) |
| Receitas antecipadas | (620) | (620) |
| Outras obrigações | 672 | (997) |
| Aumento ou (diminuição) do passivo | 11.968 | (2.908) |
| Caixa líquido proveniente das atividades operacionais | 106.508 | 37.662 |
| Das atividades de investimentos | | |
| Operações com aplicações financeiras | (25.583) | (15.659) |
| Aumento de ativo imobilizado/intangível/investimentos | (47.120) | (33.138) |
| Caixa líquido consumido das atividades de investimentos | (72.703) | (48.797) |
| Das atividades de financiamentos | | |
| Operações com empréstimos bancários | (29.481) | 19.555 |
| Pagamento de arrendamento | (3.478) | (3.762) |
| Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos | (32.959) | 15.793 |
| Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa | 846 | 4.658 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 23.345 | 18.687 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 24.191 | 23.345 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis – 31 de dezembro de 2024

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro é uma instituição civil de direito privado, sem fins lucrativos, de utilidade pública, e está registrada no CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas) — sob o n.º 76.591.569/0001-30. Está sediada na cidade de Curitiba (PR), Av. Iguaçu, n.º 1.472, Água Verde, fundada em 18 de agosto de 1956, destinada a promover a assistência em saúde a crianças e adolescentes com idades de 0 a 18 anos, por meio da assistência, do ensino e da pesquisa e ainda da assistência social benéfica, promovendo a oferta desses serviços de forma a cumprir as regras que classificam a instituição como filantrópica e, desta forma, isentando-a de tributos.

Cabe ressaltar que na prestação de serviços de assistência em saúde a organização oferece até 70% (setenta por cento) de sua força de trabalho ao SUS (Sistema Único de Saúde), fechando o exercício acima de 60%, que é o mínimo exigido por lei.

As fontes de receitas são os serviços de saúde prestados pelo Hospital Pequeno Príncipe, pelo Centro de Vacinas, de serviços de educação prestados pela Faculdades Pequeno Príncipe, bem como por doações e subvenções e convênios associados a projetos científicos do Instituto de Pesquisa Pelé Pequeno Príncipe e as demais unidades do Complexo. Todas as receitas são integralmente aplicadas na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais. São unidades mantidas pela Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro, mantenedora do Complexo Pequeno Príncipe:

- Hospital Pequeno Príncipe (que incorpora o antigo Hospital de Crianças César Pernetta);
- Faculdades Pequeno Príncipe;
- Instituto de Pesquisa Pelé Pequeno Príncipe; e
- Centro de Vacinas Pequeno Príncipe.

Para gozar a isenção das contribuições sociais, a entidade possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde (CEBAS), que é renovado a cada três anos pelo Ministério da Saúde (ouvido o Ministério da Educação para as especialidades da Faculdades), sendo que o último CEBAS obtido pela entidade possui validade para

o período de 1.º/1/2019 a 31/12/2021. A entidade efetuou as solicitações de renovações para os exercícios subsequentes, nos prazos determinados, junto ao Ministério da Saúde, conforme SEI MS n.º 25000.165706/2021-80, e está no aguardo de seu deferimento.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela administração em 17 de abril de 2025.

2. Base de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei n.º 11.638/07 e da Lei n.º 11.941/09, pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e também de acordo com a ITG 2002 (RI) entidade sem finalidade de lucros.

2.1. Reapresentação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024

A Associação está reapresentando as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, para a melhor adequação às práticas contábeis vigentes e melhor compreensão das demonstrações contábeis tomadas em conjunto com os requerimentos dispostos no CPC 23 — Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro, conforme apresentado a seguir.

| Demonstração do resultado do exercício | 2023 (Apresentado) | Ajustes (a) | 2023 (Reapresentado) |
|--|-----------------------|-----------------|-------------------------|
| Receita operacional líquida | 387.622 | - | 387.622 |
| Custo dos serviços prestados | (247.892) | (37.033) | (284.925) |
| Lucro bruto | 139.730 | (37.033) | 102.697 |
| Despesas operacionais | (126.188) | 37.033 | (89.155) |
| Despesas com pessoal | (80.617) | 37.033 | (43.584) |
| Resultado operacional antes do resultado financeiro líquido | 13.542 | - | 13.542 |
| Superávit do exercício | 18.653 | - | 18.653 |

a) Em 2024, a entidade revisou sua estrutura de centros de custos, identificando a necessidade de reclassificar os centros de custos de apoio. Anteriormente considerados contabilmente como despesas, esses centros passaram a ser contabilizados como custos. Por outro lado, os centros de custos de captação de recursos, que eram considerados custos, passaram a ser contabilizados como despesas. Os centros de apoio incluem Lactário, Diretoria Técnica, Farmácia, Gerência de Enfermagem, Psicologia, Psiquiatria, Suprimentos, entre outros, que dão suporte aos centros produtivos (UTI, Centro Cirúrgico, ambulatórios, por exemplo), sendo assim classificados como custos.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Classificação de itens circulantes e não circulantes

No balanço patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes, e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.2. Compensação entre contas

Como regra geral, nas demonstrações contábeis, nem ativos nem passivos ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e essa compensação reflete a essência da transação.

3.3. Instrumentos financeiros

A instituição classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, de

fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

b. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos financeiros mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e que os termos contratuais do ativo financeiro tiverem origem, em datas especificadas, de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

c. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda em curto prazo. Os ativos financeiros dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação-data, na qual a instituição se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo custo amortizado. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a instituição se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a instituição tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

d. Desreconhecimento (baixa) dos instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é baixado quando:

- os direitos de receber fluxos de caixa do ativo financeiro expiram;
- transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo financeiro ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo; e
- um passivo financeiro será baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração será tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da entidade, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. Em decorrência de decisões internas, fundos com aplicações financeiras podem ter destinação específica, em consonância com o planejamento estratégico e sistema de governança.

3.5. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da entidade.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas por redução ao valor recuperável (perdas no recebimento de créditos). Normalmente na prática são reconhecidas ao

valor faturado ajustado a valor presente se relevante e ajustado pela provisão para perdas por redução ao valor recuperável se necessária.

3.6. Recursos de convênios a realizar/subvenções a executar

Os recursos de convênios a realizar são reconhecidos inicialmente a débito no ativo circulante na conta de recursos de convênios a realizar, e a crédito no passivo circulante na conta de recursos de subvenções a executar, e subsequentemente são reconhecidos na demonstração do resultado à medida que são efetuados os gastos dos atendimentos dos convênios.

3.7. Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor recuperável. O custo é determinado usando o método do custo médio.

3.8. Investimentos

Os investimentos em obras de artes são avaliados pelo método de custo e submetidos ao teste de recuperabilidade (*impairment*), sendo reduzidos ao valor recuperável quando aplicável. Ressalta-se a formação de acervo vinculado a Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, e os trabalhos visando à sua conservação.

3.9. Arrendamentos

3.9.1. Direito de uso

O custo do ativo de direito de uso corresponde ao valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, mais os custos diretos iniciais incorridos, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos.

A depreciação é calculada pelo método linear desde a data de início do contrato até o que ocorrer primeiro entre o fim da vida útil do ativo de direito de uso e o fim do prazo de arrendamento.

3.9.2. Passivos de arrendamento

A mensuração das operações de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, conforme período previsto no contrato firmado entre o

arrendador e a entidade. Esses fluxos de pagamento são ajustados a valor presente, considerando a taxa de empréstimo incremental.

Os encargos financeiros são apropriados com base na taxa de empréstimo incremental, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

3.10. Imobilizado

Os itens do imobilizado são apresentados pelo custo histórico menos depreciação.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear e leva em consideração a vida útil econômica dos bens. A vida útil econômica dos bens é revisada periodicamente com o objetivo de adequar as taxas de depreciação.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se for maior do que seu valor recuperável estimado.

3.11. Intangível

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados.

A amortização é calculada pelo método linear e leva em consideração a vida útil econômica das licenças de software. A vida útil econômica é revisada periodicamente com o objetivo de adequar as taxas de amortização.

3.12. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de perdas por redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa — UGCs). Os ativos não financeiros que tenham sofrido perdas ao valor recuperável são revisados para a análise de uma possível reversão da perda na data de apresentação das demonstrações contábeis.

3.13. Contas a pagar a fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de juros efetiva.

Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente, quando o efeito for relevante.

3.14. Empréstimos bancários

Os empréstimos bancários são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.15. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a entidade tem uma obrigação na data das demonstrações contábeis como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado de maneira adequada e seguindo preceitos legais.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do valor exigido para liquidar a obrigação na data das demonstrações contábeis. Quando o efeito do valor do dinheiro no tempo é material, o valor da provisão é o valor presente do desembolso que se espera que seja exigido para liquidar a obrigação.

3.16. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas, observando o princípio da oportunidade.

3.17. Reconhecimento da receita de serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da entidade. A receita é apresentada líquida dos abatimentos e descontos.

A entidade atua na prestação de serviços de assistência à saúde prestados no Hospital Pequeno Príncipe e no Centro de Vacinas, de serviços de educação prestados pela Faculdades Pequeno Príncipe e doações e taxas oriundas de recursos de pessoas físicas e jurídicas, bem como subvenções concedidas pelo poder público de caráter assistencial e sem fins lucrativos.

O reconhecimento da receita ocorre à medida que os serviços hospitalares e educacionais são realizados ao seu paciente/estudante, ou seja, quando a entidade já cumpriu com a obrigação de desempenho firmada com o cliente, e já houve a transferência de controle ao cliente, juntamente com o surgimento do direito de receber qualquer contraprestação em troca dos bens ou serviços prestados.

A entidade reconhece a receita quando é possível atender aos critérios:

- (i) identificar o contrato com o cliente;
- (ii) identificar as obrigações de desempenho no contrato;
- (iii) determinar o preço das transações;
- (iv) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; e
- (v) reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho.

3.18. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- (i) no mercado principal para o ativo ou passivo; e
- (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível para a entidade.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1 — preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 — técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo é significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3 — técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para fins de divulgação do valor justo, a entidade determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e nível da hierarquia do valor justo, conforme explicado acima. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

3.19. Julgamento e uso de estimativas contábeis

A preparação de demonstrações contábeis requer que a administração da entidade se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) valor recuperável dos estoques e ativos imobilizados e intangíveis;
- c) vida útil e valor residual dos imobilizados e intangíveis;
- d) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da entidade; e
- e) taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos.

| (*) | Rendimento | 2024 | 2023 |
|---|---------------|---------------|---------------|
| Banco Bradesco | 100% do CDI | 3.676 | 2.356 |
| Banco do Brasil | 99% do CDI | 603 | 654 |
| Banco Itaú | 95% do CDI | 10.268 | 356 |
| Banco Safra | 103% do CDI | - | 5.634 |
| Banco Santander | 101% do CDI | 4.568 | 6.718 |
| Paraná Banco | 107% do CDI | - | 4.843 |
| Sicredi | 101,5% do CDI | 209 | - |
| Total das aplicações financeiras | | 19.324 | 20.561 |

5. Aplicações financeiras e depósitos de longo prazo

| (*) | Rendimento | 2024 | 2023 |
|--|-------------|----------------|---------------|
| Banco Safra | 103% do CDI | 8.796 | 21.774 |
| Banco Santander | 101% do CDI | 7.636 | 58.103 |
| Banco Bradesco | - | - | 3.366 |
| Paraná Banco | 108% do CDI | 38.864 | 7.605 |
| XP Investimentos | 110% do CDI | 6.457 | - |
| BTG Pactual | 121% do CDI | 5.088 | - |
| Aplicações financeiras de curto prazo | | 66.841 | 90.848 |
| Unicredi | 105% do CDI | 49.590 | - |
| Aplicações financeiras de longo prazo | | 49.590 | - |
| Total das aplicações financeiras | | 116.431 | 90.848 |

O saldo das aplicações financeiras ora apresentado foi constituído para atender ao disposto no art.º 11 do Capítulo IV dos estatutos da Associação, que determina a constituição de um fundo formado pela poupança compulsória de no mínimo 1% das receitas oriundas dos serviços prestados pelas suas unidades operacionais, cujo objetivo é assegurar a perpetuidade da causa expressa no seu objeto e, com autorização de

uso expressa do Conselho Superior e da Assembleia, parcela dos recursos poupadados poder ser destinada para investimentos em novas frentes de atuação, como a implantação do Pequeno Príncipe Norte — Complexo Hospitalar de Ensino e Pesquisa Juril Carnasciali, em terreno no bairro Bacacheri, contíguo à área da Base Aérea/Cindacta II. As aplicações de longo prazo na Unicredi têm vencimento em 2026, sendo que o resgate do saldo está previsto para ocorrer apenas nesse momento.

6. Contas a receber de clientes

| | 2024 | 2023 |
|---|---------------|---------------|
| Clientes de serviços hospitalares | 26.919 | 24.574 |
| Clientes com vacina | 1 | 7 |
| Clientes com educação | 5.220 | 5.223 |
| (-) Provisão para perdas (a) | (4.937) | (4.937) |
| Total circulante | 27.202 | 24.867 |
| Clientes de serviços hospitalares (b) | 1.925 | 1.925 |
| Total não circulante | 1.925 | 1.925 |
| Total contas a receber de clientes | 29.127 | 26.792 |

(a) Composição dos saldos por idade de vencimento:

| | 2024 | 2023 |
|----------------------------|---------------|---------------|
| A vencer | 22.947 | 18.990 |
| Vencidos de 1 a 30 dias | 1.233 | 1.143 |
| Vencidos de 31 a 90 dias | 1.264 | 2.213 |
| Vencidos de 91 a 120 dias | 412 | 294 |
| Vencidos acima de 121 dias | 8.209 | 9.089 |
| Total | 34.065 | 31.729 |

(a) Provisão estabelecida com base em análise das contas a receber, levando em consideração fatores como históricos de pagamento e eventuais perdas, condições econômicas dos clientes e tendências de mercado, como medida preventiva para antecipar possíveis perdas futuras, conforme Nota Explicativa n.º 3.5.

| | (4.469) |
|--|------------------|
| Constituição de provisão PECLD Perdas/Resultado | (2.187) 1.751 |
| Em 31 de dezembro de 2022 | (4.905) |
| Constituição de provisão PECLD Recuperações/Reversões | (1.598) 1.565 |
| Em 31 de dezembro de 2023 | (4.938) |
| Constituição de provisão PECLD Perdas/Resultado | (1.494) 1.494 |
| Em 31 de dezembro de 2024 | (4.938) |

(b) Clientes em cobrança judicial. Por essa razão a administração entendeu ser coerente reclassificar os saldos para longo prazo.

7. Recursos de convênios a realizar (ativo)/recursos de subvenções a executar (passivo)

Referem-se a recursos relativos a emendas parlamentares, repasses e convênios governamentais e projetos de incentivos fiscais, como o Fundo para a Infância e Adolescência (FIA), o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon), o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PcD) e ainda doações de empresas e pessoas físicas. Do montante de R\$ 66.853 (ativo), resultado de grande e organizado esforço de captação na comunidade (pessoas físicas e jurídicas) e órgãos governamentais, R\$ 26.741, equivalentes a 40%, serão aplicados em investimentos de modernização das edificações e aquisição de equipamentos, e R\$ 40.112, equivalentes a 60%, serão aplicados em manutenção das instalações, aquisição de medicamentos (principalmente os de alto custo), materiais especiais e outros itens de consumo hospitalar, e em custeio de mão de obra especializada, notadamente no Instituto de Pesquisa.

Esclarecemos que o uso dos recursos captados deverá ocorrer conforme o plano de aplicação de cada projeto de captação e/ou convênio. Todos esses projetos têm planos de aplicação específicos e são objeto de auditorias contínuas e rigorosa prestação de contas.

8. Estoques

| | 2024 | 2023 |
|---|---------------|--------------|
| Farmácia central | 8.022 | 5.385 |
| Vacinas | 651 | 546 |
| Almoxarifado central | 809 | 736 |
| Materiais de laboratório e pesquisa (*) | 887 | 984 |
| Manutenção | 38 | 66 |
| Outros materiais | 4 | 1 |
| Total | 10.411 | 7.718 |

(*) Refere-se a materiais utilizados em pesquisas (Instituto de Pesquisa Pelé Pequeno Príncipe) e de uso do Laboratório de Análises Clínicas.

Em 2024 e 2023, não foi constituída provisão, pois não houve estoques de baixo giro.

9. Outros créditos

| | 2024 | 2023 |
|---|---------------|---------------|
| Adiantamentos para empregados | 1.234 | 312 |
| Adiantamentos a fornecedores | 739 | 2.493 |
| Associação Eunice Weaver do Paraná (AEW-PR) (a) | 9.367 | 6.006 |
| Inter Americano (a) | 1.180 | - |
| Despesas antecipadas com congressos | - | 479 |
| Outros créditos a receber (a) | 778 | 912 |
| Total | 13.298 | 10.202 |
| Ativo circulante | 5.778 | 9.723 |
| Ativo não circulante | 7.520 | 479 |
| Total | 13.298 | 10.202 |

(a) Saldos referentes a valores transferidos a título de empréstimos para a Associação Eunice Weaver do Paraná — AEW-PR e para o Centro Cultural Brasil Estados Unidos — Inter Americano, que visam a prover recursos para atividades econômicas implantadas pelas entidades mutuárias. No caso da AEW-PR, os valores foram investidos na capitalização de empresa comercial especializada na compra e venda de aparelhos médicos, enquanto para o Inter Americano os valores repassados estão sendo empregados em atividade de ensino denominada Multiplica PP. Em ambos os casos, os recursos gerados serão utilizados para amortização dos empréstimos.

Os valores não são atualizados monetariamente.

10. Investimentos

| | 2024 | 2023 |
|----------------------------------|------------|------------|
| Em 31 de dezembro de 2022 | | |
| Custo | 702 | 702 |
| Valor líquido contábil | 702 | 702 |
| Adições Baixas | - - | - - |
| Saldo final | 702 | 702 |
| Em 31 de dezembro de 2023 | | |
| Custo | 702 | 702 |
| Valor líquido contábil | 702 | 702 |
| Adições Baixas | - - | - - |
| Saldo final | 702 | 702 |
| Em 31 de dezembro de 2024 | | |
| Custo | 702 | 702 |
| Valor líquido contábil | 702 | 702 |
| Adições Baixas | 2 - | 2 - |
| Saldo final | 704 | 704 |

O valor é relativo a obras de arte e se refere, em grande parte, a diversas obras adquiridas ou doadas para a Associação, que formam um acervo que está exposto em diversos locais e é composto por quadros, esculturas e outras obras, em especial tendo como motivo o próprio rei Pelé, apoiador do Instituto de Pesquisa, e que poderão ser utilizadas no futuro para angariar fundos para a Associação, por meio de leilões.

11. Arrendamento

11.1. Direito de uso

| Direito de uso | Arrendamento (*) |
|--|-------------------|
| Prazo médio de vigência dos contratos/vida útil (anos) | |
| | I a 5 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | 6.272 |
| Depreciação | (3.231) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | 3.041 |
| Adições Depreciação | 18.660 (3.041) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 18.660 |
| | Total |
| | 6.272 |
| | 3.041 |
| | 18.660 |

(*) Os arrendamentos se referem a contratos de locação de imóveis utilizados para prestação de serviços médicos e de educação, e para serviços administrativos.

11.2. Passivo de arrendamento

| Passivo de arrendamento | Arrendamento mercantil | Ajuste a valor presente (AVP) | Total |
|---|------------------------|-------------------------------|------------------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | 7.240 | (488) | 6.752 |
| Adições Baixas Pagamentos no período | - - (3.762) | - - 364 | - - (3.398) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | 3.478 | (124) | 3.354 |
| Adições Baixas Pagamentos no período | 22.148 - (3.478) | (3.488) - 124 | 18.660 - (3.354) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 22.148 | (3.364) | 18.660 |
| Parcela classificada no circulante | 4.430 | (1.197) | 3.233 |
| Parcela classificada no não circulante | 17.718 | (2.291) | 15.427 |

12. Imobilizado

| Descrição | Terrenos | Edificações e benfeitorias | Máquinas e equipamentos diversos | Equipamentos hospitalares | Instalações | Móveis e utensílios hospitalares | Computadores e periféricos | Veículos | Imobilizado/ obras em andamento | Outras imobilizações | Total |
|------------------------------------|---------------|----------------------------|----------------------------------|---------------------------|--------------|----------------------------------|----------------------------|------------|---------------------------------|----------------------|----------------|
| Em 31 de dezembro de 2022 | 33.285 | 40.630 | 11.662 | 29.368 | 1.506 | 10.058 | 5.805 | 223 | 22.144 | 230 | 154.911 |
| Adições | 2.100 | 4.145 | 7.193 | 8.427 | 19 | 2.157 | 3.613 | 196 | 5.160 | 3 | 33.013 |
| Baixas | - | (4.573) | (277) | (937) | (784) | (519) | (298) | - | - | (3) | (7.391) |
| Transferências | - | 2.644 | - | - | - | - | - | - | (2.644) | - | - |
| Depreciação | - | (3.438) | (2.100) | (5.508) | (34) | (1.322) | (2.188) | (60) | - | (115) | (14.765) |
| Dep. revisão vida útil | - | 940 | 605 | 1.111 | (291) | 244 | 253 | 5 | - | 7 | 2.874 |
| Baixas depreciação | - | 1.277 | 163 | 759 | 5 | 249 | 149 | - | - | 1 | 2.603 |
| Valor líquido contábil 2023 | 35.385 | 41.625 | 17.246 | 33.220 | 421 | 10.867 | 7.334 | 364 | 24.660 | 123 | 171.245 |
| Em 31 de dezembro de 2023 | | | | | | | | | | | |
| Custo | 35.385 | 65.846 | 29.458 | 62.003 | 2.284 | 14.801 | 15.999 | 744 | 24.660 | 1.450 | 252.630 |
| Depreciação acumulada | - | (24.221) | (12.212) | (28.783) | (1.863) | (3.934) | (8.665) | (380) | - | (1.327) | (81.385) |
| Valor líquido contábil | 35.385 | 41.625 | 17.246 | 33.220 | 421 | 10.867 | 7.334 | 364 | 24.660 | 123 | 171.245 |
| Adições | - | - | 5.479 | 11.678 | 158 | 1.540 | 2.602 | - | 25.389 | 39 | 46.885 |
| Baixas | - | - | (1.795) | (4.017) | (305) | (1.219) | (1.687) | (68) | - | (12) | (9.103) |
| Transferência | - | 4.979 | - | - | - | - | - | - | (4.979) | - | - |
| Depreciação | - | (2.207) | (3.234) | (6.137) | (44) | (1.406) | (2.737) | (86) | - | (58) | (15.909) |
| Dep. revisão vida útil | - | 885 | 415 | 924 | 292 | 82 | 402 | 31 | - | - | 3.031 |
| Baixas depreciação | - | - | 1.435 | 3.573 | - | 926 | 1.121 | 68 | - | 12 | 7.135 |
| Valor líquido contábil | 35.385 | 45.282 | 19.546 | 39.241 | 522 | 10.790 | 7.035 | 309 | 45.070 | 104 | 203.284 |
| Em 31 de dezembro de 2024 | | | | | | | | | | | |
| Custo | 35.385 | 70.825 | 33.142 | 69.664 | 2.137 | 15.122 | 16.914 | 676 | 45.070 | 1.477 | 290.412 |
| Depreciação acumulada | - | (25.543) | (13.596) | (30.423) | (1.615) | (4.332) | (9.879) | (367) | - | (1.373) | (87.128) |
| Valor líquido contábil | 35.385 | 45.282 | 19.546 | 39.241 | 522 | 10.790 | 7.035 | 309 | 45.070 | 104 | 203.284 |
| Taxa de depreciação | | 2,33% a 3,33% | 4,55% a 8,33% | 7,69% | 5,88% | 7,69% a 9,09% | 16,67% | 12,50% | - | 10% | |

Não há bens dados em garantia.

Composição do imobilizado/construções em andamento:

| Descrição | 2024 | 2023 |
|---|---------------|---------------|
| Reforma do Instituto de Pesquisa (unidade Cabral) | - | 2.345 |
| Benefícios em imóveis de terceiros | 22.824 | 3.670 |
| Projetos de viabilidade econômico-financeira e ambiental, de arquitetura/engenharia no Bacacheri, para o projeto Pequeno Príncipe Norte | 18.081 | 16.125 |
| Reforma instalação de rampa — Hospital | 3.152 | 2.117 |
| Obra — sistema de distribuição de energia | 896 | - |
| Reforma restaurante — Faculdades | - | 325 |
| Reforma bloco 5 — Faculdades | - | 78 |
| Obra — reforma prédio Sagrado | 14 | - |
| Obra — PPCI — sistema de exaustão dos subsolos | 104 | - |
| Total | 45.070 | 24.660 |

As obras relativas à primeira etapa de construção do Pequeno Príncipe Norte foram iniciadas no final do primeiro trimestre de 2024, conforme aprovado pelo alvará 394.567 — emitido, em 30 de junho de 2023, pela Prefeitura de Curitiba, e estão sendo executadas pelo Consórcio RTB, de acordo com contrato firmado pelas partes em 7 de fevereiro de 2024. O consórcio contratado mantém apólice de seguro como garantia para execução da obra. Os recursos para realização da obra estão devidamente programados, conforme informado na nota explicativa n.º 5. Até 31 de dezembro de 2024, haviam sido realizados 43,26% do total da obra, conforme medições realizadas e pagas.

Em 2024, a administração da entidade contratou uma empresa especializada em inventários de ativo imobilizado, buscando promover os ajustes necessários de logística e apuração do período de vida útil remanescente dos seus bens, sendo que os respectivos trabalhos de conciliações e consequentes ajustes foram concluídos na presente data.

13. Fornecedores

| Descrição | 2024 | 2023 |
|--|---------------|---------------|
| Fornecedores de materiais e medicamentos | 8.824 | 6.782 |
| Fornecedores de materiais em geral | 1.968 | 1.852 |
| Fornecedores — bens | - | 170 |
| Fornecedores de próteses | 293 | 2.752 |
| Fornecedores de serviços | 1.831 | 1.917 |
| Fornecedores — honorários médicos | 8.030 | 334 |
| Fornecedores de equipamentos | 294 | - |
| Outros fornecedores | 2.856 | 2.370 |
| Total | 24.096 | 16.177 |
| Fornecedores por tipo de moeda | | |
| Real — R\$ | 24.054 | 16.177 |
| Dólar — US\$ | 42 | - |
| Total | 24.096 | 16.177 |

14. Empréstimos bancários

| Encargos | Garantias | 2024 | 2023 | |
|--------------------------------|------------------|----------------------|---------------|--------|
| Banco Bradesco — rotativo | 1,30% a.m. | Aval corporativo | 2 | 4.085 |
| Santander CP | 0,29% a.m. | Direitos creditórios | 1.532 | 1.111 |
| Santander — conta garantida | 1,42% a.m. | Direitos creditórios | - | 6.085 |
| Banco Safra — rotativo | 1,34% a.m. | Aval corporativo | - | 2.000 |
| Banco do Brasil — rotativo | 1,21% a.m. | Aval corporativo | - | 10.000 |
| Banco Santander | CDI + 0,19% a.m. | Créditos SUS | 3.242 | 1.419 |
| Banco Bradesco | CDI + 0,25% a.m. | Créditos SUS | 2.433 | 2.335 |
| Total do curto prazo | | 7.209 | 27.035 | |
| Banco Santander — cap. de giro | 0,29% a.m. | Direitos creditórios | 2.470 | 3.582 |
| Banco Santander | CDI + 0,19% a.m. | Créditos SUS | 6.481 | 8.704 |
| Banco Bradesco | CDI + 0,25% a.m. | Créditos SUS | 4.204 | 5.979 |
| Total do longo prazo | | 13.155 | 18.265 | |
| Total geral | | 20.364 | 45.300 | |

| Valores a pagar por data | 2024 | 2023 |
|--------------------------|---------------|---------------|
| 2023 | - | 27.035 |
| 2024 | - | 5.545 |
| 2025 | 7.440 | 5.545 |
| 2026 | 5.358 | 5.334 |
| 2027 | 4.890 | 1.841 |
| 2028 | 2.667 | - |
| Total | 20.364 | 45.300 |

Os empréstimos obtidos são todos em moeda nacional (reais — R\$) e não possuem cláusulas restritivas “covenants”.

15. Obrigações sociais

| | 2024 | 2023 |
|-------------------------------|---------------|---------------|
| Salários e ordenados a pagar | 7.657 | 7.223 |
| Encargos sociais a pagar | 4.171 | 3.435 |
| Férias a pagar | 845 | 797 |
| Piso enfermagem (*) | 1.193 | 1.463 |
| Provisão de férias e encargos | 16.377 | 15.349 |
| Parcelamento FGTS | - | 57 |
| Outras | 165 | 176 |
| Total | 30.408 | 28.500 |

(*) Valores referentes às subvenções recebidas para pagamento do piso da enfermagem. Estabelecidos pela Lei n.º 14.434/2022, os valores começaram a ser repassados para a Associação.

16. Obrigações fiscais

| | 2024 | 2023 |
|---|--------------|--------------|
| IRRF retido | 2.192 | 2.585 |
| Outros impostos retidos | 220 | 258 |
| Parcelamentos tributários (a) | 5.234 | 5.351 |
| Total | 7.646 | 8.194 |
| Parcela classificada no circulante | 2.945 | 3.342 |
| Parcela classificada no não circulante | 4.701 | 4.852 |

(a) Os saldos estão compostos por parcelamento de PIS/Cofins, e os prazos de vencimentos estão entre 2023 e 2035.

17. Receitas antecipadas

| | 2024 | 2023 |
|-------------------------------|------------|--------------|
| Receita com posto bancário | 525 | 945 |
| Receita com Hemobanco | 133 | 333 |
| Total | 658 | 1.278 |
| Passivo circulante | 553 | 620 |
| Passivo não circulante | 105 | 658 |

A entidade possui contratos com uma instituição financeira para disponibilização do espaço para um posto bancário em suas dependências e com o Instituto Paranaense de Hemoterapia e Hematologia (Hemobanco), ambos com prazo de 60 meses. Desse modo, a receita foi antecipada pelo prazo dos referidos contratos.

18. Provisão para contingências

A entidade calcula as provisões para contingências contabilizando 100% das causas prováveis e 50% das causas possíveis para cobrir eventuais perdas com processos judiciais.

| | 2024 | 2023 |
|---|---------------|---------------|
| Contingências trabalhistas | 427 | 439 |
| Contingências cíveis | 2.225 | 8.211 |
| Total de contingências prováveis | 2.652 | 8.650 |
| Contingências trabalhistas | 579 | 287 |
| Contingências cíveis | 28.481 | 18.258 |
| Contingências fiscais | - | - |
| Total de contingências possíveis | 29.060 | 18.545 |
| Total de contingências prováveis/possíveis | 31.712 | 27.195 |
| Contabilizado | | |
| Contingências prováveis | 2.652 | 8.650 |
| Contingências possíveis | 15.141 | 9.424 |
| Total | 17.793 | 18.074 |
| Depósitos judiciais | - | - |
| Efeito líquido | 17.793 | 18.074 |

19. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da entidade está representado pelo patrimônio social de R\$ 172.126 (R\$ 148.328 em 2023), pelo superávit do exercício de R\$ 82.929 (R\$ 23.798 em 2023) e por ajuste de avaliação patrimonial sobre ativos em R\$ 37.998 (R\$ 38.481 em 2023).

Em 6 de dezembro de 2024, foi deliberado em Assembleia Geral Ordinária pela incorporação do superávit ao patrimônio social da entidade.

O saldo de superávit do exercício será colocado à disposição da Assembleia Geral para destinação.

O saldo de ajuste de avaliação patrimonial se refere ao registro especificamente do efeito de custo atribuído ao ativo imobilizado.

A reserva estatutária citada na nota explicativa n.º 5 está embutida no valor total do patrimônio social e é controlada gerencialmente.

20. Receita operacional líquida

| | 2024 | 2023 |
|--|-------------------|-------------------|
| Receitas da área de saúde | 319.823 | 246.168 |
| Sistema Único de Saúde — SUS | 138.175 | 83.270 |
| Convênios Particulares | 170.683 10.965 | 149.067 13.831 |
| Receitas da área de educação | 103.799 | 88.308 |
| Mensalidades | 101.899 | 86.745 |
| Outras receitas | 1.900 | 1.563 |
| Utilização de recursos captados | 83.970 | 83.295 |
| Subvenções sociais | 45.743 | 44.331 |
| Campanhas iniciativa privada | 38.227 | 38.964 |
| Receita operacional bruta | 507.592 | 417.771 |
| Glosas de convênios | (10.500) | (8.231) |
| Gratuidades concedidas | (18.750) | (16.245) |
| Bolsas de estudo | (6.366) | (5.673) |
| (-) Deduções da receita | (35.616) | (30.149) |
| Receita operacional líquida | 471.976 | 387.622 |

20.1. Receita SUS oriunda de ação judicial

No exercício de 2024, esta Associação recebeu o montante de R\$ 35.200 relativos ao processo judicial distribuído em 12/5/2022 (n.º 1029422-51.2022.4.01.3400 — 3.ª Vara Federal da SJDF), no qual requereu resarcimento de serviços prestados a pacientes de planos de saúde atendidos pelo SUS, com base na Tabela TUNEP/IVR (Tabela Única Nacional de Equivalência de Procedimentos). Considerando que a decisão divulgada no exercício de 2024 foi em caráter liminar (precário), o valor acima citado foi direcionado a aplicações financeiras, até que seja prolatada a sentença final.

20.2. Uso dos recursos oriundos da captação de recursos

No ano de 2024, o uso dos recursos oriundos da captação de recursos atingiu o montante de R\$ 83.970, o que significa um aumento de 1% em relação ao exercício de 2023, contribuindo decisivamente para o resultado superavitário ora verificado.

21. Glosas de convênios

As glosas são registradas mensalmente, em obediência ao princípio de competência, e são provenientes do não pagamento por parte dos planos de saúde e convênios médicos, de valores referentes a procedimentos, medicamentos, materiais e taxas aplicados no atendimento de pacientes.

Em 2023, para um faturamento de R\$ 149.067, foram registradas glosas no valor de R\$ 8.231, que representam 5,52% do faturamento.

Já no exercício de 2024, para um faturamento de R\$ 170.683, foram registradas glosas no valor de R\$ 10.500, que representam 6,15% do faturamento. O aumento de glosas se deve a novos critérios adotados pelas operadoras, e a administração está em negociação com os planos de saúde para sanar a situação.

22. Custos dos serviços prestados

| | 2024 | 2023 Representado |
|-------------------------------|----------------|----------------------|
| Custo com pessoal | 142.471 | 129.207 |
| Material e medicamentos | 62.764 | 62.336 |
| Honorários médicos | 51.653 | 47.675 |
| Gêneros alimentícios | 7.618 | 6.159 |
| Manutenções | 9.150 | 7.857 |
| Serviços profissionais PF/PJ | 6.815 | 5.946 |
| Material de consumo | 4.049 | 3.824 |
| Água, luz, energia e telefone | 4.276 | 3.019 |
| Outros custos | 13.355 | 18.902 |
| Total | 302.151 | 284.925 |

23. Despesas operacionais

23.1. Despesas com pessoal

| | 2024 | 2023 |
|---------------------------------|---------------|---------------|
| Remuneração | 30.120 | 26.326 |
| Encargos sociais | 4.304 | 3.377 |
| Benefícios | 6.398 | 7.480 |
| Provisões (férias, 13º salário) | 7.292 | 6.401 |
| Total | 48.114 | 43.584 |

23.2. Despesas administrativas gerais

| | 2024 | 2023 |
|---|---------------|---------------|
| Depreciação e amortização (i) | 11.866 | 10.228 |
| Material de consumo geral adm. | 4.690 | 7.629 |
| Serviços profissionais pessoas jurídicas | 20.369 | 12.303 |
| Serviços profissionais pessoas físicas | - | 288 |
| Marketing administrativo | 6.796 | 4.200 |
| Água, energia elétrica, telefone e gás | 896 | 2.746 |
| Despesas com créditos incobráveis | 684 | 1.581 |
| Provisão para perdas em processos judiciais | - | 40 |
| Locação de imóveis e equipamentos | 2.179 | 3.534 |
| Outras despesas gerais administrativas | 7.457 | 6.309 |
| Total | 54.937 | 48.858 |

(i) Por limitação do sistema de gestão integrado (MV), que não faz a segregação da depreciação e amortização entre custos e despesas, a depreciação é reconhecida integralmente na rubrica de despesas administrativas gerais.

23.3. Outras receitas (despesas)

| | 2024 | 2023 |
|------------------------------------|--------------|--------------|
| Receita com locação de imóvel | 990 | 858 |
| Receita de estacionamento | 559 | 306 |
| Receitas de convênios para estágio | 2.444 | 2.189 |
| Receitas com pesquisas clínicas | 1.314 | 846 |
| Outras receitas operacionais | 2.289 | 192 |
| Despesas tributárias | (400) | (946) |
| Outras despesas operacionais | (851) | (158) |
| Total | 6.345 | 3.287 |

24. Receitas e despesas financeiras

| | 2024 | 2023 |
|---------------------------------------|----------------|----------------|
| Receitas financeiras | | |
| Receitas de aplicações financeiras | 12.880 | 11.979 |
| Descontos obtidos | 1.536 | 946 |
| Juros recebidos | 943 | 45 |
| Total das receitas financeiras | 15.359 | 12.970 |
| Despesas financeiras | | |
| Juros pagos/descontos concedidos | (511) | (718) |
| Taxas e comissões bancárias | (982) | (1.034) |
| Encargos sobre empréstimos bancários | (4.545) | (6.107) |
| Total das despesas financeiras | (6.038) | (7.859) |
| Resultado financeiro líquido | 9.321 | 5.111 |

25. Prestação anual de serviços ao SUS

Durante o exercício de 2024, a prestação de serviços ao SUS foi executada de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar n.º 187/21 e pelo contrato de prestação de serviços assinado com a Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba, tendo sido cumpridas todas as metas qualitativas e quantitativas.

26. Aplicação de recursos em gratuidade na área de educação

26.1. Demonstrativo do cumprimento do mínimo de bolsas integrais

Em atendimento ao artigo n.º 13-A da Lei n.º 187/2021 (Educação Superior), ao artigo n.º 19 (itens I e II), ao artigo n.º 20, e à Lei n.º 11.096/05 (Ensino Superior), a instituição concedeu uma bolsa integral para cada nove estudantes pagantes no ano de 2024 para atender ao Programa Prouni e complementou com bolsas Prouni integrais e parciais para atingir 20% de gratuidades. A partir do segundo semestre de 2024, a Faculdades Pequeno Príncipe oferta apenas bolsas integrais para o Programa Prouni, conforme demonstração abaixo:

| Cursos de graduação e sequenciais | Quantidade 2024 | Quantidade 2023 |
|---|-----------------|-----------------|
| Alunos matriculados nos cursos de graduação e sequenciais | 1.703 | 1.399 |
| Alunos pagantes nos cursos de graduação e sequenciais | 1.416 | 1.137 |
| Alunos necessários (relação 1 para 9) | 157 | 127 |
| Alunos com bolsa Prouni | 341 | 327 |
| Alunos com bolsa integral — institucionais | 21 | 15 |

26.2. Aplicações em gratuidades educacionais considerando a Lei n.º 12.101/09

| Educação superior | Quantidade 2024 | Valores (milhares R\$) 2024 | Quantidade 2023 | Valores (milhares R\$) 2023 |
|-------------------------------|-----------------|-----------------------------|-----------------|-----------------------------|
| Número de alunos matriculados | 1.703 | 96.514 | 1.399 | 81.855 |
| Bolsas Prouni 100% | 266 | 18.077 | 247 | 15.785 |
| Bolsas Prouni 50% | 75 | 673 | 80 | 460 |

A receita acima demonstrada se refere aos cursos de graduação superior.

Além das gratuidades legais acima demonstradas, em 2024 foram concedidos R\$ 4.536 em bolsas de estudos, como incentivo ao desenvolvimento técnico e científico de profissionais da área de saúde, sendo que desse montante o total de R\$ 317 são bolsas do Programa Valorizando Talentos para contemplar colaboradores lotados no Complexo Pequeno Príncipe.

27. Isenções usufruídas

Em 2024, a Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro obteve isenções fiscais no valor total de R\$ 83.783, distribuídas da seguinte forma:

| Resumo das isenções por instituição | HPP ⁽¹⁾ | CEVA ⁽²⁾ | FPP ⁽³⁾ | IPP ⁽⁴⁾ | Total |
|-------------------------------------|--------------------|---------------------|--------------------|--------------------|---------------|
| IRPJ | 12.833 | - | - | - | 12.833 |
| CSLL | 4.628 | - | - | - | 4.628 |
| INSS — patronal | 30.283 | 162 | 10.041 | 1.884 | 42.370 |
| Cofins | 5.240 | 210 | 3.057 | - | 8.507 |
| PIS | 2.225 | 51 | 1.024 | 68 | 3.368 |
| IPTU | 642 | - | - | - | 642 |
| ISS | 9.049 | 349 | 2.037 | - | 11.435 |
| Total geral | 64.900 | 772 | 16.159 | 1.952 | 83.783 |

⁽¹⁾ Hospital Pequeno Príncipe (HPP);

⁽²⁾ Centro de Vacinas Pequeno Príncipe (CEVA);

⁽³⁾ Faculdades Pequeno Príncipe (FPP); e

⁽⁴⁾ Instituto de Pesquisa Pelé Pequeno Príncipe (IPP).

28. Trabalho voluntário

O custo do trabalho voluntário utilizado pela Associação foi estimado com base nos valores praticados pelo mercado para as atividades exercidas pelos voluntários, totalizando o valor de R\$ 335 para 5.578 horas de serviços.

29. Cobertura de seguros (não auditado)

Em 31 de dezembro de 2024, a Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro possuía apólices de seguro contratado de seguradoras do país para a cobertura de riscos diversos, incêndio e roubo para imóveis, veículos e equipamentos.

| Modalidade | Objeto | Cobertura | Vigência |
|-------------------------|---------------------------------|------------|--------------------------|
| Colisão | Frota | R\$ 1.000 | De 8/5/2024 a 8/5/2025 |
| Incêndio e demais danos | Patrimonial | R\$ 61.248 | De 3/4/2024 a 3/4/2025 |
| Responsabilidade civil | Indenização aos administradores | R\$ 5.000 | De 14/9/2024 a 14/9/2025 |

A administração da entidade considera que o montante de cobertura de seguros é suficiente para cobrir eventuais sinistros em suas instalações e bens.

30. Gerenciamento de risco de instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros da entidade são caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, empréstimos e financiamentos e fornecedores. Os valores de mercado desses instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 não diferem substancialmente daqueles registrados nas demonstrações contábeis.

Instrumentos financeiros derivativos

A entidade não utiliza instrumentos financeiros derivativos.

| Em 31 de dezembro 2024 | Ativos financeiros a custo amortizado | Outros passivos financeiros | Total contábil |
|-------------------------------|---------------------------------------|-----------------------------|----------------|
| Ativos financeiros | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 24.191 | - | 24.191 |
| Aplicações financeiras | 66.841 | - | 66.841 |
| Depósitos de longo prazo | 49.590 | - | 49.590 |
| Contas a receber de clientes | 29.126 | - | 29.126 |
| Total | 169.748 | - | 169.748 |
| Passivos financeiros | | | |
| Fornecedores | - | 24.096 | 24.096 |
| Empréstimos e financiamentos | - | 20.364 | 20.364 |
| Total | - | 44.460 | 44.460 |

| Em 31 de dezembro 2023 | Ativos financeiros a custo amortizado | Outros passivos financeiros | Total contábil |
|-------------------------------|---------------------------------------|-----------------------------|----------------|
| Ativos financeiros | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 23.345 | - | 23.345 |
| Aplicações financeiras | 90.848 | - | 90.848 |
| Contas a receber de clientes | 26.792 | - | 26.792 |
| Total | 140.985 | - | 140.985 |
| Passivos financeiros | | | |
| Fornecedores | - | 16.177 | 16.177 |
| Empréstimos e financiamentos | - | 45.299 | 45.299 |
| Total | - | 61.476 | 61.476 |

A entidade revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação e classificação, e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir.

- a) **Recebíveis:** são classificados como recebíveis os valores de numerário em poder da entidade e depósitos bancários de livre movimentação e contas a receber cujos valores registrados se aproximam, na data do balanço, aos de realização.
- b) **Outros passivos financeiros:** são classificados nesse grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores contratuais.
- c) **Valor justo:** os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.
- d) **Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros:** a administração realiza o gerenciamento da exposição aos riscos de taxas de juros, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

Riscos de taxas de juros

O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros da entidade é o de minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A entidade monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com a finalidade de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas, e adota política conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros, primando pela equiparação dos indexadores.

Risco de crédito

A base de clientes da entidade apresenta certo grau de concentração em alguns principais clientes. Por meio de controles internos, a entidade monitora permanentemente o envio das faturas e demais informações aos convênios, o que limita o risco de contas inadimplentes e glosas. A administração registra provisão para créditos de liquidação duvidosa para as perdas consideradas prováveis.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a entidade somente realiza operações em instituições com baixo risco de crédito.

31. Informações por segmento

A Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro tem atuação nos seguintes segmentos:

- Hospital Pequeno Príncipe (HPP);
- Centro de Vacinas Pequeno Príncipe (CEVA);
- Faculdades Pequeno Príncipe (FPP); e
- Instituto de Pesquisa Pelé Pequeno Príncipe (IPP).

| 31 de dezembro de 2024 | HPP | CEVA | FPP | IPP | Não controlado por segmento | Total |
|-------------------------------|----------------|--------------|---------------|-----------------|-----------------------------|----------------|
| Ativo | | | | | 480.115 | 480.115 |
| Passivo | | | | | 480.115 | 480.115 |
| Receita líquida | 386.310 | 6.983 | 78.683 | - | | 471.976 |
| Custo dos serviços prestados | (245.567) | (6.207) | (36.710) | (13.667) | | (302.151) |
| Superávit bruto | 140.743 | 776 | 41.973 | (13.667) | | 169.825 |
| Despesas operacionais | - | - | - | - | (96.702) | (99.739) |
| Resultado financeiro | - | - | - | - | 9.321 | 9.321 |
| Resultado do exercício | 140.743 | 776 | 41.973 | (13.667) | (87.380) | 82.445 |

| 31 de dezembro de 2023 | HPP | CEVA | FPP | IPP | Não controlado por segmento | Total |
|-------------------------------|----------------|--------------|---------------|-----------------|-----------------------------|----------------|
| Ativo | - | - | - | - | 398.643 | 398.643 |
| Passivo | - | - | - | - | 398.643 | 398.643 |
| Receita líquida | 315.079 | 6.154 | 66.388 | - | - | 387.622 |
| Custo dos serviços prestados | (239.652) | (5.681) | (26.444) | (13.148) | - | (284.925) |
| Superávit bruto | 75.427 | 473 | 39.945 | (13.148) | - | 102.697 |
| Despesas operacionais | - | - | - | - | (89.155) | (89.155) |
| Resultado financeiro | - | - | - | - | 5.111 | 5.111 |
| Resultado do exercício | 75.427 | 473 | 39.945 | (13.148) | (84.044) | 18.653 |

Observação: os ativos, passivos, despesas operacionais e resultado financeiro da entidade não são controlados por segmento. Dessa forma, não estão apresentados de forma segregada.

Ety da Conceição
Gonçalves Forte

Presidente
CPF: 819.422.739-91

José Álvaro
da Silva Carneiro

Secretário-geral
CPF: 010.153.039-00

Thiago Bochenek Dias

Contador
CRCPR 065026/O
CPF: 059.178.519-64



pequenoprincipe.org.br

© Complexo Pequeno Príncipe



C O M P L E X O
pequeno
PRÍNCIPE



© Complexo Pequeno Príncipe